

Governo vai renegociar dívida de Estados

FHC DISSE QUE PODE ANTECIPAR RECURSOS DO BNDES PARA ABATER DÉBITOS. EM TROCA, PEDIU EMPENHO DOS GOVERNADORES PELA REFORMA ADMINISTRATIVA

Ed Ferreira/AE



Fernando Henrique com José Serra em reunião com governadores

O presidente Fernando Henrique Cardoso designou ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, como o interlocutor do governo para negociar com os governadores o alongamento da dívida dos Estados. Fernando Henrique disse que está disposto a antecipar recursos do BNDES para que os Estados possam, por meio da venda de patrimônio, abater suas dívidas. Em contrapartida, o presidente pediu o empenho dos governadores para a aprovação da reforma administrativa.

“Eu vou lhes dar corda para um maior enforcamento”, disse o presidente. “É disso que se trata, é estender mais corda para que os Estados se enforcuem. Porque uma solução imediata para as dívidas não significará uma solução para a questão”, afirmou. “Ou se faz a reforma administrativa e se cortam os gastos, sobretudo com os salários, e se mudam os aspectos constitucionais que engessam a administração, ou os Tesouros acabam e os mandatos vão se esvaír numa incessante busca de soluções que não são soluções”, acrescentou.

Fernando Henrique advertiu que soluções como a antecipação

de receita por parte do BNDES são apenas “paliativos”. O presidente disse também que estenderá a qualquer outro Estado as mesmas condições oferecidas ao governo de São Paulo, na negociação sobre o Banespa. “Faremos igual para quem quiser, não é privilégio para São Paulo.”

O governador Antônio Britto (PMDB), do Rio Grande do Sul, disse que é necessário chegar a um entendimento com o Poder Judiciário em relação às liminares e precatórios (despesas impostas por decisão judicial), que estão se acumulando ininterruptamente.

“Os Estados não estão conseguindo pagar a enxurrada de precatórios e de liminares que são concedidas”, disse o governador de Goiás, Maguito Vilela (PMDB).

Os governadores desejam um alívio imediato para suas dívidas de curto prazo e querem discutir com o governo federal uma forma de alongar os prazos de pagamento e reduzir os juros que incidem sobre os débitos. “Somos herdeiros das dificuldades de dezenas de anos”, disse Britto. “Eu sou o maior herdeiro do legado de injustiças e de desorganização do País”, rebateu o presidente. Ele

disse que não se deve esperar soluções imediatas para os problemas que se acumularam durante anos. “As questões não serão resolvidas em dois ou três anos.”

Nesse ponto de seu discurso, o presidente mandou recados aos movimentos de esquerda que cobram soluções rápidas do governo. “Estão forçando para que se resolva em 24 horas, o que se acumulou durante anos”, afirmou. “Os que desejam ir muito depressa precisam entender que não é apenas a nossa vontade que decide questões tão complexas, mas os processos”, acrescentou. Fernando Henrique disse que a lei tem de ser respeitada. “A violência não é aceitável, de parte a parte”, disse.

O governador de Santa Catarina, Paulo Afonso (PMDB), disse que existe uma pressão “muito grande” das dívidas de curto prazo sobre os Tesouros estaduais. “Os recursos do BNDES, que o presidente prometeu adiantar às privatizações que faremos, poderão amenizar um pouco a situação, pois permitirá o pagamento de débitos de curto prazo”, afirmou Afonso.

Isabel Braga/AE
e Ribamar Oliveira/AE